

“Progressistas” ganham disputa para relator

Brasília — O perfil político dos sete relatores das comissões temáticas da Constituinte é mais progressista do que o do plenário e o da própria bancada que os indicou. Apenas um dos eleitos, o deputado Prisco Viana (PMDB-BA), egresso do PDS e ex-malufista, figura na lista dos conservadores.

Os relatores, todos eles designados pelo PMDB, terão a prerrogativa de orientar os debates políticos nas comissões. São eles, pelo regimento, que têm o poder de organizar as sugestões apresentadas às comissões e elaborar o texto final que será submetido a discussão. Na prática, funcionarão como os negociadores entre as diversas correntes ideológicas.

Rebelde

A esquerda, através do senador José Paulo Bisol (RS), ficou com o cargo de relator da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Logo depois de eleito, ele anunciou que pretende incluir o crime de tortura no texto constitucional. Desembargador aposentado, Bisol assume posições avançadas e é considerado um rebelde, desde que foi líder do PMDB na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, na legislatura passada.

O senador José Richa (PMDB-PR), ex-governador do Paraná e tido como presidencialista, é o relator da Comissão de Organização do Estado. Está em conflito aberto com o presidente do PMDB, o deputado Ulisses Guimarães. Embora tenha bom trânsito na área militar, em seu discurso assume bandeiras progressistas.

O deputado Egidio Ferreira Lima, relator da Comissão de Organização dos Poderes e Sistema de Governo, foi cassado no período militar e tornou-se a eminência parda do grupo autêntico do antigo PMDB, em Pernambuco.

Conceituado como bom jurista, transitará por temas tão polêmicos como o parlamentarismo, as prerrogativas do poder legislativo e a duração do mandato presidencial.

Na comissão do sistema tributário, orçamento e finanças, a presidência, que será exercida pelo conservador Francisco Dornelles (PFL-RJ), será contrabalançada pela escolha do relator, o deputado José Serra (PMDB-SP). Ex-presidente da UNE e exilado, Serra voltou a política pelas mãos do ex-governador Franco Montoro, de quem foi secretário do Planejamento.

O senador Severo Gomes, relator da Comissão de Ordem Econômica, defende posições de forte cunho nacionalista. Ex-ministro da Indústria e do Comércio no governo Geisel, empresário e atualmente presidente da Fundação Pedroso Horta, do PMDB, Severo foi o autor dos últimos documentos do partido sobre a política econômica — inclusive o último, que apóia o governo na negociação da dívida externa.

O relator da comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, o deputado Arthur da Távola, do Rio de Janeiro, foi adversário do grupo chaguita do partido.

Prisco Viana, na qualidade de relator da Comissão de Organização Eleitoral Partidária e da Garantia das Instituições, reencontra-se novamente com o seu antigo companheiro de PDS, o senador Jarbas Passarinho. Ex-secretário-geral do PDS, Prisco é considerado um especialista em legislação partidária e foi um dos principais responsáveis pelas alterações ocorridas no governo Figueiredo, que o PMDB chamava de casuísticos. Esta mesma comissão tratará do papel das Forças Armadas na nova constituição.



Delfim e Severo chegaram a um acordo e se abraçaram de novo diante dos fotógrafos

Ordem Econômica fica com Severo

Brasília — Os senadores José Lins (PFL-CE) e Severo Gomes (PMDB-SP) foram confirmados, respectivamente, para os cargos de presidente e relator da Comissão de Ordem Econômica. O processo de escolha foi tumultuado pela resistência da ala mais conservadora da comissão em aceitar o acordo firmado entre as lideranças do PMDB e PFL, para que a indicação de Lins resultasse na base do partido pelo tempo exigido dos trabalhos — apenas horas para decidir os nomes de presidente e relator — e pediu votos para o senador José Lins. O mesmo apelo fez o líder do PFL, que tomou a palavra para defender a chapa acordada: Lins para presidente, deputado Hélio Duque (PMDB-PR) para 1º-vice-presidência, senador Albano Franco (PMDB-SE) para 2º.

uma nova carga de Lima, disparou: “Eu entendo de democracia”.

Compromisso

Em seguida, o líder pediu a palavra, para ressaltar sua “qualidade de democrata, que se mede por uma história”. Justificou a ausência de consultas à base do partido pelo tempo exigido dos trabalhos — apenas horas para decidir os nomes de presidente e relator — e pediu votos para o senador José Lins. O mesmo apelo fez o líder do PFL, que tomou a palavra para defender a chapa acordada: Lins para presidente, deputado Hélio Duque (PMDB-PR) para 1º-vice-presidência, senador Albano Franco (PMDB-SE) para 2º.

vice e Severo Gomes para relator.

O grupo articulado em torno da candidatura Cardoso Alves ainda tentou conseguir da mesa a suspensão dos trabalhos por dez minutos “para discutirmos melhor a formação de uma chapa alternativa”, disse o deputado Johnsson. O presidente da mesa, senador Saldanha Derzi (PMDB-MS), rejeitou a proposta e deu início à votação. Dos 65 membros da comissão, votaram 57, com 44 confirmando a candidatura de José Lins. Os vice-presidentes foram mantidos e às 17h45min, quando a ala de Cardoso Alves já se havia retirado, Lins indicou Severo Gomes para relator, “porque a palavra empenhada num acordo tem de ser cumprida”.

Estatizante só na fama

Brasília — “Até hoje eu só lutei pela estatização do Banco Central”, disse,

rindo, o senador paulista Severo Fagundes Gomes, 63 anos, relator da comissão que vai elaborar o capítulo sobre a ordem econômica na Constituinte. Polêmico, profundo conhecedor de História do Brasil, capaz de manter longos debates sobre filosofia e teoria religiosa, apaixonado pelos detalhes e dono de uma memória espantosa, Severo Gomes assusta boa parte do Congresso, despertando críticas por suas supostas posições em favor da estatização da economia. A fama de estatizante vem de suas antigas posições nacionalistas e, recentemente, de sua inflexível postura em favor da moratória da dívida externa.

“Ao contrário, quando fui ministro da Agricultura, no governo Castello Branco, extingui o Instituto Nacional do Mate e o Instituto do Pinho. São poucas as pessoas no Brasil que podem exibir um troféu como esse”, disse, de novo rindo. Aliás, o bom humor e o prazer pela conversa acompanham o senador, que decidiu entrar para a política depois de ter sido duas vezes ministro dos governos militares e diretor do Banco do Brasil. Foi um processo curioso, porque na transição entre o executivo e o legislativo, Severo Gomes apoiou-se em lutas populares.

Exemplos

Tudo começou no governo Geisel, quando o então ministro da Indústria e do Comércio Severo Gomes opôs-se às ideias ortodoxas de Mário Henrique Simonsen. “Sou contra a privatização do

Central, por exemplo, utilize o dinheiro do contribuinte para tapar furos de entidades financeiras privadas. O banco que quebrar deve ser liquidado judicialmente. É só.” Essa posição o conduziu a votar em separado, diversas vezes, no Conselho Monetário Nacional naquele período. Numa destas vezes, o Banco Itai incorporou, com o auxílio do governo, contra a transação.

Empresário, dono de uma fábrica de cobertores, um dos maiores produtores de leite do país, dono de fazendas em São Paulo (em São José dos Campos) e no sul do Pará, Severo Gomes costuma creditar as críticas de estatizante que recebe as que desejam privatizar o dinheiro público. “Sou plenamente favorável à iniciativa privada. Mas conheço história. Veja, por exemplo, que se não tivéssemos uma grande siderurgia estatal, que é Volta Redonda, no início do nosso processo de industrialização, não teria sido possível implantar a indústria pesada neste país.”

Ele vai mais longe na argumentação. “O estado precisa investir em setores onde é baixa a lucratividade e longa a maturação do projeto. Quem iria hoje investir em energia elétrica no Brasil senão o estado? Quando o Brasil construiu sua siderurgia, a Argentina tinha uma economia mais forte, porém os argentinos não dispõem de alavancas para dar saltos de progresso.” Essa sua posição não implica em estatizar a economia: “As empresas que caíram nas mãos do governo porque estavam em situação financeira difícil devem retornar à iniciativa privada”, insistiu.

Candidato de Covas é derrotado

Brasília — O líder do PMDB, Mário Covas, sofreu sua primeira grande derrota na Constituinte, ao ver irem por terra suas articulações para fazer do senador Almir Gabriel (PA) relator da Comissão de Ordem Social, em lugar do deputado Domingos Leonelli (BA), da esquerda independente do PMDB e que conta com o apoio da unanimidade da bancada baiana, dos partidos de esquerda e entidades da sociedade civil, como a Contag.

A Ordem Social é agora a única comissão sem relator, e Mário Covas terá que reunir a bancada do seu partido ali abrigada para indicar um novo nome. Leonelli forçou essa situação, ao enfrentar Covas durante a instalação da Comissão, inclusive levando o candidato do líder a retirar sua indicação previamente acertada com o PFL. Com a reversão, o deputado baiano volta a ser o favorito ao cargo.

A Comissão de Ordem Social foi a que abrigou o maior número de constituintes progressistas, e a indicação de Leonelli para o cargo de relator parecia assunto liquidado até a madrugada de ontem. Numa tensa reunião realizada na casa do vice-líder pemedebista Euclides Scalco, porém, Mário Covas acabou cedendo a vaga de relator da Comissão de Organização Eleitoral ao também baiano Prisco Viana, e, com

o argumento de que a Bahia não podia fazer dois relatores, tirou Leonelli da jogada na ordem social.

Você precisa correr para a Ordem Social. Leonelli se lançou candidato a presidente e o acordo entre os líderes pode ir por água abaixo — avisou um deputado ao senador Mário Covas, no momento em que ele acabava de neutralizar as pressões para que Severo Gomes não fosse indicado relator da Comissão de Ordem Econômica. Pelo acordo entre as lideranças, o PFL tinha direito de indicar todos os presidentes das comissões e a candidatura de Leonelli colocava isso por terra.

Euclides Scalco correu na frente de Covas e puxou Leonelli pelo braço até um corredor junto à sala em que a comissão se reunia. “Tenha calma, precisamos conversar”, disse Scalco. Leonelli respondeu que não aceitava acordo, livrando-se dele. “Vocês preferiram o Prisco. Não dá para conversar” — disse o deputado baiano, fazendo questão de ressaltar não ter nada contra Almir Gabriel, mas sim contra a troca do seu nome na Ordem Social pelo de Prisco na Organização Eleitoral.

A mesma explicação foi dada a Covas, que resolveu, então, pedir a palavra para explicar o acordo de lideranças, ainda apostando que o plenário confirmaria sua definição. Estava enganado. Vários oradores do seu partido, como o deputado Vasco Alves (ES) e os senadores Ronan Tito (MG) e Mansueto de Lavor (PE) se disseram surpresos com a mudança, condenando “a falta de democracia” do líder.

As críticas contra o preterimento de Leonelli e a atuação de Covas, aliadas ao fato de que o deputado baiano estava decidido a manter a sua candidatura a presidente como compensação, levaram o senador Almir Gabriel a retirar sua indicação a relator. Mansueto de Lavor, indicado por Mário Covas para primeiro vice-líder, também se retirou da disputa.

Diante do impasse, o líder se comprometeu a reunir os pemedebistas lotados na comissão para uma nova escolha. Só assim Leonelli, cujo prestígio dentro da comissão ficou nítido, retirou sua candidatura a presidente. A nova indicação do relator deve ser feita hoje.

GOVERNADOR DO PIAUI BAIXA ATOS PARA MORALIZAR O FUNCIONALISMO

Novo mil servidores admitidos irregularmente no Estado do Piauí, no período eleitoral, foram dispensados, por decreto do novo governador, Alberto Silva, as contratações, com efeitos eleitorais, foram feitas em desacordo com a lei federal que proíbe admissões no serviço público nos seis meses anteriores às eleições do ano passado e até a posse dos novos governadores.

Em outro decreto, Alberto Silva, eleito em uma coligação do PMDB, seu partido, com o PDS do ex-governador Lucídio Portella, vice da sua chapa, contra o PFL do ex-governador Hugo Napoleão e do governador Bona Medeiros, torna sem efeitos todas as acumulações de cargos no Estado do Piauí. Baixou decreto, também, determinando o retorno, no prazo de 30 dias, às suas repartições de origem de todos os servidores à disposição de outros órgãos, sejam do próprio estado do Piauí, dos municípios e até do governo federal. O novo governador do Piauí tornou sem efeito, ainda, todas as reclassificações, readaptações, promoções, acessos e outras vantagens concedidas a servidores, com fins meramente políticos e em desobediência às proibições da legislação federal.

O objetivo de Alberto Silva é enxugar a folha de pagamento do funcionalismo no seu estado. Como consequência das contratações, nomeações, reclassificações, readaptações, acessos, promoções, acumulações e disposições, haja vista que a grande maioria do funcionalismo não ganha sequer salário-mínimo, a folha, excluídas as empresas, fundações e autarquias, também, oneradas com concessões gratuitas, no governo anterior, foi dobrada, em um ano, de 150 para 300 milhões de cruzados. O estado do Piauí arrecada de ICM 100 milhões e recebe mais 140 milhões dos fundos especiais e de participação, havendo, portanto, só aí, um déficit de 60 milhões.

Para se ter uma idéia do descalabro administrativo no Piauí, nos últimos quatro anos, a empresa de obras públicas, EMOP, de consultoria e fiscalização de obras estaduais, abrigaram seus quadros 120 engenheiros e arquitetos e 12 médicos, mais que o DNOCS, um órgão de amplitude nacional. O mais grave é que, nos quatro anos passados, a EMOP só fiscalizou uma obra. Firms particulares ligadas ao governo anterior, inclusive por laços de parentesco, foram constituídas e a elas entregues todas as consultorias e fiscalizações. A EMOP vai ser extinta, mas, só para fazê-lo, o Governo do Piauí vai ter que despendar 25 milhões de cruzados com obrigações sociais.

A Empresa de Energia do Estado — CEPISA, apesar do controle exercido pelo DNAE, teve o seu quadro de pessoal, só no ano passado, acrescido de 200 novos servidores. Os serviços da empresa, que dispõe de pessoal técnico qualificado, passaram, no Governo anterior, a ser executados, inclusive reposições de lâmpadas, através de contratos com firmas particulares apadrinhadas do Governo, ficando ociosos os seus técnicos e operários. A CEPISA, hoje, se a empresa simplesmente resolver parar e limitar-se a fornecer a energia produzida pela CHESF, é de 14 milhões de cruzados.

Com as medidas saneadoras adotadas no setor de pessoal e as que serão promovidas no que respeita a compra de material e execução dos serviços do estado, tudo feito, no governo anterior, sem a mínima observância das normas legais, espera o Governador Alberto Silva equilibrar as finanças estaduais. Assim, será possível ao novo Governo do Piauí retomar o ritmo de crescimento do estado, estancado na administração passada, cuja única preocupação era a implementação de um projeto político, às custas dos cofres públicos, que visava perpetuar o poder a oligarquia dominante e uma sucessão de primos no Governo.

Espera o Governador Alberto Silva, ao cortar da folha de pagamento os excessos concedidos graciosamente aos apadrinhados, poder dispor de meios para fazer justiça aos servidores que realmente trabalham e que recebeu do governo anterior ganhando vencimentos e salários miseráveis.

Centralismo

Discretamente os deputados Delfim Neto (PDS-SP) e Renato Johnson (PMDB-PR) e o senador Roberto Campos (PDS-MT) confirmavam seu apoio a Cardoso Alves, “no melhor estilo Mário Covas”, conforme reconheceu o deputado Marcos Lima (PMDB-MG), para quem Cardoso Alves estava “condenando o que Covas condenou quando foi eleito líder: o centralismo”.

“Não há acordo de liderança em nada, porque os liderados não foram comunicados”, denunciou Cardoso Alves a uma assistência silenciosa, incentivada duas vezes por aplausos puxados pelo senador Roberto Campos. No fundo do auditório, o líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, manteve-se impassível, até ser provocado por Marcos Lima: “Vamos para a votação. Afinal é a democracia, não é, senador?” Disse o deputado. Covas tentou fazer-se de desentendido, mas, diante de

soletur

SEMANA SANTA

SAIDAS: 11, 15, 16 e 17 DE ABRIL

PAIXÃO DE CRISTO EM NOVA JERUSALÉM - 6 ou 12 dias. Avião Rio/Recife / Macé / Rio ou ônibus por capitais litorâneas e praias. Na sexta-feira santa, o espetáculo de religiosidade e extraordinária beleza da representação da Paixão de Cristo em Nova Jerusalém — o maior teatro ao ar livre do mundo!	PORTO SEGURO, PRADO E LITORAL SUL DA BAHIA - 6 dias. Ônibus através das praias virgens do magnífico litoral Sul da Bahia (possível extensão a Salvador) e mais: Alcobaca, Guarapari, Vitória, Anchieta, Ilha do Boi etc. Em Prado, hospedagem no novíssimo HOTEL PRAIA DO PRADO, com uma praia semi-selvagem só para você.
SEMANA SANTA EM BUENOS AIRES - 5 dias. 4 noites para você desfrutar dos encantos da metrópole portenha, compras em seus atraentes magazines, transferidos e City Tour incluídos. Hotéis de categoria.	BUENOS AIRES E BARILOCHE - 9 dias. Programação intensa em B Aires e Bariloche. Circuito Chico, Cerro Cathedral etc. Hotéis de categoria.
CALDAS NOVAS E ARAXÁ - 6 dias. O paraíso das Águas Quentes e a beleza de Caldas Novas. Hospedagem no Aquas Calientes Termas Hotel, Uberlândia, Uberaba, S. Paulo, Costa Verde, Riviera Paulista etc.	POÇOS DE CALDAS - 5 dias. Hospedagem no moderno Hotel Nacional, com pensão completa, e passeios pelos pontos turísticos da estância. Visita a Águas da Prata.
CIDADE DA CRIANÇA, SIMBA SAFARI E PLAY CENTER - 3 e 4 dias. Paraty, Ubatuba, Caraguatatuba, Campos do Jordão etc. Hospedagem em S. Paulo no Hotel Eldorado Boulevard (5 Estrelas) - Praças especiais para crianças.	VALE DO ITAJAI - 6 dias. Blumenau, Itajaí, Camboriú, Florianópolis, Joinville, Cambó, Paranaguá, Curitiba, Trem pela Serra do Mar etc.
CIDADES HISTÓRICAS DE MINAS - 4 e 5 dias. S. João del Rey, Tiradentes, Congonhas, Ouro Preto, Mariana, Sabará, Moquiné etc. Hospedagem no Belo Horizonte Otton Palace (5 Estrelas).	CAMPOS DO JORDÃO, A "SUIÇA BRASILEIRA" - 5 dias. Em Campos do Jordão, Hotel Campell, com pensão completa, e diversos passeios pela linda estância climática.
GUARAPARI, CAMBURI E VITÓRIA - 4 dias. Hospedagem no Hotel Porto do Sol — o novíssimo e melhor complexo balneario do Espírito Santo — frente à praia do Camburi, Ilha do Boi, Anchieta, Vila Velha etc.	FOZ DO IGUAÇU - 6 dias. Cataratas brasileiras e argentinas, Puerto Stroessner (Paraguai), Puerto Iguazu (Argentina), Itaipu, Vila Velha, Curitiba, Trem pela Serra do Mar etc.
MARAVILHAS SERRANAS E ECLUSAS - 5 dias. Participe de uma excursão em Barra Bonita, Poços de Caldas, Águas da Prata, Lindóia, Serra Negra, Águas de São Pedro, Costa Verde, Riviera Paulista etc.	
SERRAS GAÚCHAS - 5 dias. Gramado, Canela, Cascatas do Caracol, Caxias do Sul, B Gonçalves Garibaldi, P Alegre Em Gramado, hospedagem no excelente Hotel Serra Azul ida e volta por avião.	

soletur EM TURISMO A Nº 1 EMBRATUR N 00942 00 41 3

CENTRO: Rua da Quitanda 20. Sobrelôja Tel.: 221-4499
 COPACABANA: Rua Santa Clara 70-Sobrelôja Tel.: 257-8070
 TIJUCA: Praça Saens Peña 45. Loja 10 L. Tel.: 264-4893
 IPANEMA: Rua Visconde de Pirajá 351. Loja A. Ed. Fórum Tel.: 521-1188
 BARRA: Av. Armando Lombardi 800. Loja N. Condado de Cascais Tel.: 399-0309

CINEMA

Todos os dias no Caderno B

O LEILÃO DO ANO

4 Abril 87
 Hotel Sheraton
 Rio de Janeiro

CLUBE DO CAVALO CAMPOLINA DO RIO DE JANEIRO

CABO VELHO Leilões